

A Educação Econômico-Financeira como Tema Transversal nos Cursos de Tecnologia

Flavio Roberto Faciolla Theodoro
Centro Paula Souza – São Paulo - Brasil
flaviotheodoro@bol.com.br

Wagner Gindro
Centro Paula Souza – São Paulo – Brasil
wgindro@gmail.com

Alfredo Colenci Junior
Centro Paula Souza – São Paulo – Brasil
colencijr@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo discute a Educação Econômico-financeira como tema transversal nos cursos de tecnologia, cursos onde os egressos têm um bom índice de empregabilidade mas não aprendem como cuidar de suas próprias finanças ou sobre o funcionamento básico da economia, questão que os afeta diretamente. Tal estudo ressalta a importância de se formar consumidores conscientes, além de incentivar aos alunos e professores quanto à produção científica relacionada ao tema. O estudo inicia-se com uma abordagem sobre panorama geral da Educação Financeira, as necessidades de tratar o tema na escola em todos os níveis de ensino, analisa-se como outros países tratam a educação financeira e, por fim, aponta-se ações públicas e privadas relacionadas à difusão da Educação Financeira, bem como algumas sugestões de aplicações extracurriculares e transversais.

Palavras chaves: Educação Financeira, Ensino Técnico, Consumo.

Abstract: This article discusses the Financial Education as a transversal theme in technical courses, where the graduates has a good index of employability but don't learn how to care for their own finances or on the basic functioning of the economy, an issue that affects directly them. This study emphasizes the importance of forming conscious consumers, and encourage students and teachers about the scientific production related to the topic. The study begin with an approach about Financial Education, the necessity of to deal the issue in schools at all levels of education, how other countries deal with financial education and, finally, show the actions public and private related to the spread of Financial Education, and some suggestions for applications on the school.

Keywords: Financial Education, Technical Education, Consumption.

Introdução

A nova realidade econômica do Brasil, após a implantação do Plano Real em 1994, estabilizou a inflação e proporcionou algumas mudanças significativas nos padrões de consumo, pois houve uma melhora nos níveis de emprego, redução de taxas de juros e aumento de prazos para os financiamentos em geral.

O sucesso inicial do Real no que tange ao controle da inflação foi inegável. Através da quebra dos mecanismos de indexação, o plano alcançou seu primeiro e principal objetivo, a estabilização dos preços, determinado a queda imediata e acentuada da inflação brasileira. Nesta perspectiva, a partir do ano de 1994, a taxa de inflação reduziu-se drasticamente chegando a casa de dois dígitos já em 1995.(Fabrício, 2007) [1]

Tal fato, aliado à globalização, que para Hall (2006) [2] foi a grande responsável pela propagação do consumismo, mudou o comportamento do consumidor que passou a consumir cada vez mais esquecendo-se, muitas vezes de planejar este consumo. Colenci Jr (2004) [3] diz o seguinte:

Numa época de intensificação do consumismo, equivocadamente imposto ao Homem como resposta afirmativa à questão existencial, pretende-se de maneira imediatista e superficial, através do ter, atingir a plena satisfação e o atendimento às demais necessidades humanas (Colenci Jr, 2004).

Como conseqüências da falta de uma Educação Econômica e Financeira adequada, Cerbasi (2004) [4] aponta a separação entre casais, estresse somatizados, dificuldade financeira na idade madura (visto que a expectativa de vida aumenta a cada ano), falta de tempo para os filhos, entre outros. Colenci Jr (2004) resume tudo isso como um afastamento das famílias de seu “habitat” natural e perda de qualidade de vida.

Face ao exposto cria-se, um cenário favorável para se discutir a respeito da Educação Econômico-Financeira do cidadão, tendo em vista que o consumismo em excesso está comprometendo a vida financeira de algumas famílias de forma irreversível. Tal discussão, antes pautadas somente por iniciativas individuais, se fortalece com a criação, pelo governo federal da Estratégia Nacional de Educação Financeira, ENEF, que propõe, entre outros temas, promover e fomentar a cultura da Educação Financeira no país. Inúmeras iniciativas vêm surgindo para contribuir com difusão do tema abordado e uma delas é a Educação Financeira nas escolas.

Com base no supracitado, este artigo discute a Educação Econômico-financeira como tema transversal nos cursos de tecnologia, cursos onde os egressos têm um bom índice de empregabilidade, mas não aprendem como cuidar de suas próprias finanças ou sobre o funcionamento básico da economia. De acordo com Martins (2004) [5], o sistema educacional ignora o assunto dinheiro, algo incompreensível segundo ele, pois a alfabetização financeira é fundamental para ser bem sucedido em um mundo complexo.

[...] mesmo num curso da área, não há preocupação em ensinar como gerir as finanças pessoais..., em um curso de Economia você aprende a resolver o problema do país, mas não aprende a resolver seus próprios problemas (Martins, 2004).

A proposta visa, através de temas transversais, alertar aos alunos quanto ao gerenciamento de suas finanças, e estes, ao ingressarem no mercado de trabalho, propagarem a cultura aprendida, bem como fomentar a produção científica sobre o tema, tendo em vista a escassez de pesquisas nesta área. Para Saito (2007) [6], não existe uma atuação efetiva e organizada no âmbito das Universidades no que tange a educação financeira.

Vale ressaltar que não se trata de uma orientação anticonsumista, pois o consumo é importantíssimo para o desenvolvimento do país, mas trata-se de disciplina e maturidade

para se consumir racionalmente, sem desperdícios e sem pagar juros abusivos, contribuindo inclusive com o desenvolvimento sustentável.

Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica e documental sobre a Educação Financeira que analisa, organiza e sugere propostas para a aplicação do tema nos cursos tecnológicos através de temas transversais. A pesquisa foca além de autores da educação financeira e da educação, documentos e legislações do governo federal, como a Lei de Diretrizes Bases para a Educação, a LDB e o Código de Defesa do Consumidor, o CDC; bem como artigos, periódicos, jornais e revistas que abordam a Educação Financeira no Brasil e no exterior.

Desenvolvimento

Educação Financeira: Abordagem Geral.

Segundo a OCDE, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a Educação Financeira é o processo pelo qual os indivíduos e a sociedade melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos sobre os produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação clara possam desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos, e, então poderem fazer escolhas bem informados. Para Theodoro (2007)[7], a Educação Financeira tem um sentido ainda mais amplo, pois consiste na arte de gerenciar seus recursos escolhendo o que é mais ou menos necessário em cada fase da vida, sempre na busca de uma melhor qualidade de vida para si mesmo e para a sociedade.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Brasil, 1990) [8], é dever do Estado proporcionar a Educação Financeira através de órgão específicos, como o IDEC, o Instituto de Defesa do Consumidor, por exemplo. O Brasil recentemente vem adotando esta prática, e com ajuda das instituições financeira como o Banco Central do Brasil, BACEN e a Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa, promovem a educação financeira de diversas formas pelo país, inclusive nas escolas e faculdades. Ainda à luz do Código de Defesa do Consumidor, tem-se, entre os direitos básicos do consumidor, a educação e divulgação sobre o consumo adequado, bem como a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva. O mesmo código trata ainda sobre a educação a informação de consumidores e fornecedores, sobre os seus próprios direitos e deveres, visando a melhoria da qualidade do consumo.

A necessidade da Educação Financeira fica evidente ao se analisar dados como a Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2008-2009 [9], do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, onde mostra que 68,4% das famílias Brasileiras, têm despesas maiores que suas receitas. Os outros 32,6% das famílias estão praticamente no limiar entre as receitas e as despesas. Esta mesma pesquisa evidencia a falta da cultura do investimento por parte do Brasileiro, visto que apenas 1,6% da renda das famílias provêm de outras fontes diferentes de trabalho, transferência de renda e rendimento não-monetário.

Tabela 1: As despesas e os rendimentos totais das famílias.

POF 2008-2009	Total	Até 830	Mais de 830 a 1.245	Mais de 1.245 a 2.490	Mais de 2.490 a 4.150	Mais de 4.150 a 6.225	Mais de 6.225 a 10.375
Despesa Total	2.626,31	744,98	1.124,99	1.810,69	3.133,00	4.778,06	7.196,08
Rendimento Total e variação patrimonial	2.763,47	544,21	1.034,06	1.772,54	3.175,93	5.017,69	7.875,76
Número de famílias	57.816.604	12.503.385	10.069.184	16.972.311	8.890.463	4.181.485	2.994.837
Distribuição acumulada das famílias	100,0	21,6	39,0	68,4	83,8	91,0	96,2

Fonte: IBGE

Com relação aos jovens entre 18 e 25 anos, segundo o Instituto de Economia Gastão Vidigal, cerca de 2,4 milhões estão endividados no país, número este que, conforme mesmo Instituto, cresceu 9% em 2009. Vê-se, portanto, a urgência em ações que instruem estes jovens com relação ao controle de suas finanças.

A Educação Financeira na Escola

Ao se analisar propostas, como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN's, constata-se a preocupação com a formação do cidadão e a contextualização dos conteúdos, bem como a importância em se resolver problemas do cotidiano. Nesse cenário os PCNs trazem em seus temas transversais, uma gama de possibilidades de se trabalhar em sala com informações cotidianas e extremamente importantes para a formação do indivíduo, dentre elas destaca-se a educação para o consumo. Fazendo uma analogia com o ensino superior, os PCN's poderiam ser comparados à Proposta Pedagógica do curso, onde o aluno deveria desenvolver a competência de gerenciar suas próprias finanças.

[...] com a criação permanente de novas necessidades transformando bens supérfluos em vitais, a aquisição de bens se caracteriza pelo consumismo. O consumo é apresentado como forma e objetivo de vida. É fundamental que nossos alunos aprendam a se posicionar criticamente diante dessas questões e compreendam que grande parte do que se consome é produto do trabalho, embora nem sempre se pense nessa relação no momento em que se adquire uma mercadoria. É preciso mostrar que o objeto de consumo, seja um tênis ou uma roupa de marca, um produto alimentício ou aparelho eletrônico etc, é fruto de um tempo de trabalho, realizado em determinadas condições. Quando se consegue comparar o custo da produção de cada um desses produtos com o preço de mercado é possível compreender que as regras do consumo são regidas por uma política de maximização do lucro e precarização do valor do trabalho. Aspectos ligados aos direitos do consumidor também necessitam da Matemática para serem mais bem compreendidos. Por exemplo, para analisar a composição e a qualidade dos produtos e avaliar seu impacto sobre a saúde e o meio ambiente, ou para analisar a razão entre menor preço/maior quantidade. Nesse caso, situações de oferta como: compre 3 e pague 2. nem sempre são vantajosas, pois geralmente são feitas para produtos que não estão com muita saída - portanto, não há, muitas vezes, necessidade de comprá-los em grande quantidade - ou que estão com os prazos de validade próximos do vencimento. Habituar-se a analisar essas situações é fundamental para que os alunos possam reconhecer e criar formas de proteção contra a propaganda enganosa e contra os estratagemas de marketing que são submetidas os potenciais consumidores (Brasil, 1998)[10].

A Lei de Diretrizes Básicas da Educação (Brasil, 1996)[11] traz como princípio, a educação como obrigação da família e do Estado. Tendo em vista a falta de condições de a família educar financeiramente, por diversas razões, cresce a responsabilidade do Estado com educação de qualidade na busca de bons cidadãos.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Para Carvalho (2007)[12], a escola é o lugar ideal para se implantar uma nova cultura financeira.

Apoiados no Código de Defesa do Consumidor, na pesquisa de mercado e nos conhecimentos matemáticos envolvidos podem-se construir atividades que orientem os alunos na hora de escolher entre comprar à vista ou a prazo, bem como recorrer a seus direitos, inclusive quando pagam antecipadamente uma prestação que tem juros embutidos. (Carvalho, 2007)

Panorama da Educação Financeira em outros países e no Brasil

Conforme Savoia (2007)[13], à luz da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), alguns países como os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, desenvolveram o processo de Educação Financeira, sendo que nos Estado Unidos, a educação financeira é obrigatória no ensino fundamental em vinte e nove escolas desde 1985. Nos países do Reino Unido, a Educação Financeira não é obrigatória no currículo escolar, de maneira geral, cada país desenvolve o seu currículo, sendo que, na Inglaterra, há iniciativas no sentido de difundir os conceitos de Educação Financeira por meio de disciplinas como a matemática, a educação moral e cívica, e outras atividades curriculares.

No Brasil, o governo e alguns seguimentos da sociedade também estão engajados na questão da Orientação Financeira nas escolas, a saber:

1- Ações do Governo Federal – Desde 2007, através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), um grupo de trabalho estuda formas de divulgar a educação financeira pelo país.

A ENEF tem como principais objetivos:

- Promover e fomentar a cultura de Educação Financeira no país;
- Ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos;
- Contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

Outra ação por parte do governo federal que contribui com a Educação Financeira é o material disponibilizado através dos ministérios do desenvolvimento, indústria e comércio exterior; previdência; fazenda; trabalho e justiça. O Banco Central (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (IMETRO), bem como o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), também disponibilizam em seus portais um material bastante amplo para apoiar a educação financeira, inclusive para formadores, sendo que, este último, através da Escola Nacional promove cursos de formação de multiplicadores em educação para o consumo, no qual, até as forças armadas estão envolvidas no processo de multiplicação destes conceitos.

Nesse sentido, o projeto Formação de Multiplicadores em Educação para o Consumo que vem propor a formação de multiplicadores dos conceitos de

consumo responsável, através da reflexão das práticas de consumo vigentes, se apresenta como uma oportunidade de promoção da sensibilização dos cidadãos brasileiros, quanto à importância do consumo responsável para o reestabelecimento e manutenção do equilíbrio da vida no planeta. (ENEF, 2010)[14]

A Matriz Curricular, proposta pelo Departamento de Defesa do Consumidor, ligado ao Ministério da Justiça, ilustra através de eixos articuladores a proposta de educar o consumidor e nos remete aos temas transversais que poderiam ser aplicados no ensino superior.

Figura 01: Eixos Articuladores da Matriz Curricular da Escola Nacional [15]



Fonte: Ministério da Justiça

2- Ações da Iniciativa Privada – Algumas empresas como a Bolsa de Valores de São Paulo (BMF&BOVESPA), e o Banco Itaú, tem se esforçado e obtendo êxito em suas cartilhas e palestras sobre educação contribuindo bastante para a propagação da Educação Financeira, inclusive nas faculdades.

3- Ações individuais – Preocupados com a questão do crescente endividamento das famílias e suas conseqüências, bem como a falta de um planejamento financeiro e um plano de investimento, algumas pessoas estão trabalhando em prol do desenvolvimento deste tema, merecendo destaque autores como, Gustavo Cerbasi, que escreve livros sobre educação financeira voltado para casais e para jovens. Cássia D’Aquino, escritora e educadora, que aborda o tema principalmente para crianças. Reinaldo Domingos, autor do livro: “O Menino e o Dinheiro, Claudio Boriola, que coletou assinaturas para inserir educação financeira na escola, Flavio Theodoro, que com o projeto “Futuro Financeiro”, foi um dos precursores do tema para o ensino fundamental. Tais trabalhos são pioneiros e de grande relevância.

Sugestões para aplicação em sala de aula

Para Freire (1996) [16], quando se ensina algo que o aluno vivencia, há uma conquista que vai além do conteúdo, trabalha-se a autonomia, confiança, a crítica, entre outros pontos fundamentais para a formação da cidadania. Trabalhar a questão do consumo é contextualizar um aprendizado dentro de uma realidade vivenciada pelo educando, levando-o a entender como funciona a economia de sua casa, a conta de telefone, água, energia elétrica, entre outros, trazendo significados e atribuindo valores a tais conhecimentos.

Libâneo (1991) [17] chama a atenção para a excessiva importância que é dada à matéria que está nos livros, sem a preocupação de torná-la mais significativa e mais viva para os alunos. Para ele muitos professores querem, a todo custo, terminar o livro até o final do ano letivo como se a aprendizagem dependesse de “vencer” o conteúdo do livro.

Percebe-se que os tópicos de Educação Financeira podem ser abordados em sala de aula, tanto através de currículos Prescritos, o que dependeria de lei específica, ou através de temas transversais, o que para o mesmo autor seriam os currículos ocultos.

Considerando a questão dos currículos prescritos e ocultos, propostas por Sacristán (2002) [18] seguem algumas sugestões para abordagem da Educação Financeira no ensino técnico como tema transversal ou como atividades extracurriculares:

- 1- Palestras com profissionais especializados. Instituições como a Comissão de Valores Mobiliários, CVM, a Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa, e o Banco Central oferecem palestras gratuitas para instituições de ensino.
- 2- Leituras temáticas. O aluno deve ser incentivado a buscar leituras instrutivas e fazer resenhas sobre o assunto.
- 3- Visita às Instituições como a Bovespa, Casa da Moeda, Bancos, entre outros.
- 4- Iniciação Científica. Cabe aos coordenadores dos cursos fomentar a pesquisa científica entre alunos e professores.
- 5- Discussão Dirigida. O professor poderá mediar, em alguns momentos da aula, algumas discussões sobre economia e finanças voltado para a realidade do aluno.
- 6- Jogos e Simuladores. Existem vários jogos e simuladores que ensinam aos participantes noções sobre o mercado financeiro. Tais jogos e simuladores poderiam ser aplicados como tarefas ou trabalho extra-classe.

Discussões e Conclusões

Neste artigo, procurou-se propor a Educação Econômica e Financeira como tema transversal nos cursos de tecnologia. Sob ótica de grandes autores das finanças pessoais e da educação descreveu-se a importância de se aprimorar comportamento do indivíduo com relação às suas próprias finanças, fazendo um diagnóstico do problema e trabalhando a solução (eminentemente escolar). Foram considerados também os aspectos atuais da educação financeira, tanto no Brasil como em outros países importantes, como os Estados Unidos e Reino Unido, por exemplo, onde há uma educação de qualidade e um bom nível

econômico. Por fim, a pesquisa abordou algumas sugestões para a inserção da Educação Econômica Financeira entre os alunos.

A importância, complexidade e necessidade deste assunto estar presente em sala de aula, nos diversos níveis de ensino, abre um leque de oportunidades para novas pesquisas nesta área tão carente de bases teóricas. No Brasil já existe a preocupação com o assunto, ainda que modesta. Contudo, mesmo com a evolução nas discussões sobre educação financeira nos últimos anos, observa-se ainda a necessidade de maior engajamento dos professores, alunos, governo e comunidade neste processo de implementação de uma nova cultura com relação ao consumo.

Referencias

- [1] FABRICIO Et AL. **Reestruturação Produtiva, Plano Real e Mercado de Trabalho**. Disponível em : <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m19t02.pdf>> Acesso: 20 Abr 10
- [2] HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed Rio de Janeiro. DP&A, 2006.
- [3] COLENCI Jr, Alfredo. **A nobreza da emoção**. 2 ed. São Paulo: Copidart Editora, 2004.
- [4] CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.
- [5] MARTINS, José Pio. **A educação Financeira ao Alcance de Todos**. São Paulo. Fundamento Educacional, 2004.
- [6] SAITO, A. T.. **A educação Financeira no Brasil sob a otica da Organização De cooperação e desenvolvimento economico (OCDE)** Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf> Acesso: 20 Abr 2010.
- [7] THEODORO, Flavio R.F. **O uso da matemática para a educação financeira a partir do ensino fundamental**. Disponível em: <<http://www.ded.ufrpe.br/sipemat/travaux.html>> Acesso em : 23 Abr 2010
- [8] BRASIL.Ministério da Justiça. **Código de Defesa do Consumidor**.1990. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7E3E5AAEITEMID1300279F4852429CB3D07998597D7E0BPTBRIE.htm>. Acesso em: 23 Abr 2010
- [9] IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares.POF 2008/09**.Disponível em:http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/condicaodevida/pof/2008_2009/default.shtm. Acesso em: 10 Jul 2010.
- [10] BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. PCN(1998). **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília. DF.1998.Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> . Acesso em: 23 Abr 2010

[11] BRASIL.Ministério da Educação. LDB, **Lei das Diretrizes Bases da Educação**.1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 23 Abr 2010

[12] CARVALHO, Valéria de. **Educação matemática: matemática & educação para o consumo**. 1999.Dissertação (Mestrado em Educação: Educação Matemática) — FE, Unicamp, Campinas (SP). Orientador: Maria do Carmo Domite. Disponível em: <<http://www.cempem.fae.unicamp.br/prapem/mestrado.htm>> Acesso: 23 Abr 2010

[13] SAVÓIA, J. R. F. **The Social Securitie Reform on President Lula da Silva's Government. Columbia University Brazil Seminar**, nov. 2005 mimeo. SERASA. Disponibiliza informações e material de orientação. SERASA, 2006. Disponível em: <<http://www.serasa.com.br/guia/conteudo.htm> > Acesso em: 01 Mai 2006.

[14] BRASIL. ENEF – **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/Default.aspx>> Acesso em: 20 Nov 2009

[15] _____. Ministério da Justiça. **Matriz Curricular da Escola Nacional**. 2007. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7E3E5AAEITEMID1300279F4852429CB3D07998597D7E0BPTBRIE.htm>>. Acesso em: 23 Abr 2010.

[16] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz, 27.ed., 1996.

[17] LIBÂNEO, José Carlos. **Didática. Coleção Magistério 2º grau. Série formação do professor**. São Paulo: Cortez, 1991.

[18] SACRISTAM, J.G. **Educar e Conviver na Cultura Global – as exigências da cidadania**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Contato:

Flavio Roberto Faciolla Theodoro

flaviotheodoro@bol.com.br – (12) 9117-9647

Endereço Profissional:

Comando de Aviação do Exército: Estrada dos Remédios, 2135, Bairro do Itaim, Taubaté-SP (12) 2123-7110

Faculdade Anhanguera de Taubaté: Av José Olegário de Barros, nº47, Vila da Graças – Taubaté-SP (12) 3624-8714